



Hume e a vivacidade das crenças morais

André Luiz Olivier da Silva

O presente trabalho aborda a origem das crenças morais a partir da metodologia empirista de Hume, apontando o domínio das impressões sensíveis como o dispositivo do processo de formação das crenças. Como Hume explica, então, esse processo de formação das crenças a partir de uma base empírica? Como explicar, segundo a metodologia empirista, a origem de nossas crenças morais? Para responder a essas indagações tomaremos como ponto de partida a tese empirista de Hume segundo a qual toda ideia, no processo associativo de ideias que se estabelece na imaginação da mente humana, provêm, em última instância, sempre de uma impressão sensível. Mais do que isso, destacaremos a função do hábito no processo de formação das crenças morais, pois a natureza humana, com base nos princípios de associação de ideias a partir da imaginação, passa a inferir conclusões acerca daquilo que julga observar no mundo empírico.

A mente humana, por meio da influência que o hábito exerce na imaginação, gera um movimento repetitivo entre as ideias, um movimento que desencadeia um longo processo mental até atingir as crenças que os homens produzirão sobre o mundo e as outras pessoas, em relação, principalmente, ao fenômeno moral e à distinção entre o certo e o errado, o bem e o mal. A partir dos pontos mencionados, pretendemos, por fim, apontar que as crenças morais constituem uma maneira de sentir aquilo que julgamos ser a realidade, uma maneira de perceber que varia conforme graus de vivacidade.

1 Inferência causal e experiência

A mente procede a partir de inferências e generaliza os fatos observados, concluindo que experimentos ainda carentes de observação são e serão parecidos aos experimentos previamente observados. Hume mostra que a mente humana vai além do dado observado ao imaginar que, por detrás do dado empírico, escondem-se poderes secretos: “de um certo número de experimentos uniformes, nós *inferimos* uma conexão entre as qualidades sensíveis e os poderes secretos” (EHU 5.21). Os seres humanos inferem e vão além do dado empírico, isto é, suas mentes extraem conclusões precipitadas, antecipando os acontecimentos sobre o mundo dos fatos, de modo que é importante questionar as bases que fundamentam a inferência causal, conforme adverte Hume: “A questão permanece: em que passos argumentativos funda-se essa *inferência*?” (EHU 5.21). A resposta para explicar o fundamento dessas inferências sobre o mundo fático e os eventos causais reside na experiência.

A solução para o problema cético acerca da origem da inferência causal é a experiência, mais precisamente o hábito, um princípio apto a produzir as crenças que a natu-

reza humana produz para explicar o mundo dos fatos. Um princípio da experiência é justificado por elementos empíricos, não derivados da razão e “[o] que Hume realmente rejeita é que o princípio gerador das inferências *causais* (e não das inferências indutivas *em geral*) possa alguma vez ser derivado da razão.” (Monteiro, 2003, 118). O hábito, como um produto da imaginação, caracteriza esse princípio não-racional qualificado a justificar as crenças, fornecendo confiança às expectativas que os homens imputam a possíveis acontecimentos do mundo.

Torna-se, assim, de extrema relevância distinguir e separar a razão da imaginação, tendo em vista que somente a experiência poderá contribuir para a associação de ideias e a formação das crenças causais. Biro aduz que essa distinção é determinante para Hume propor o seu projeto de uma ciência da mente: “A distinção entre razão (uma faculdade reflexiva para produzir inferências com base em evidência) e a imaginação (uma faculdade não-reflexiva que naturalmente passa da experiência para crença) é fundamental para a anatomia de Hume sobre a mente” (Biro, 1998, 43). Com os limites de atuação da imaginação bem desenhados, Hume poderá notar que a natureza humana percebe um laço de união entre os objetos da investigação (um objeto é causa do outro; um é parecido com o outro e semelhante a ele; ou um é contíguo ao outro objeto), vindo a gerar uma expectativa em relação à produção de novas ideias ou de acontecimentos vindouros sobre as questões de fato – como se fosse possível prever o que irá acontecer no mundo natural, como se fosse possível dizer o que devemos fazer no fenômeno moral.

2.1 A conjunção constante

Com base nos princípios de associação, a mente passa a inferir conclusões acerca de questões de fato, imaginando,

inclusive, como as pessoas devem agir e conduzir as suas vidas no plano moral. Por meio da imaginação, a mente gera um exercício repetitivo entre as ideias, um exercício que será o fundamento para as crenças que os homens produzirão em relação ao mundo e às outras pessoas. Esse exercício de repetição no manejo da conexão entre ideias se deve à “CONJUNÇÃO CONSTANTE” (T 1.3.6.3), pois a mente percebe os objetos tendo como norte os princípios da associação de ideias, relacionando os objetos da mente em conformidade com a semelhança, a contiguidade e a causalidade. As impressões e as ideias são observadas mais de uma vez, constantemente, e, sempre que são observadas pela mente, aparecem conjugadas e conectadas umas às outras. Embora a conjunção constante entre os objetos armazenados no pensamento não seja diretamente percebida pela natureza humana, o seu influxo sobre a mente consiste no motor propulsor das crenças factuais e morais. Certas relações estabelecidas no mundo das ideias, quando frequentes e corriqueiras, podem persuadir o homem a elaborar crenças que ora se referem ao mundo ora às pessoas, como se a relação de ideias fosse ajustável às questões de fato, como se as relações fossem coesas e coerentes com a realidade objetiva.

A mente passa a acreditar na ocorrência de determinados fatos, tendo como base de apoio a conjunção constante e repetida dos objetos; passa a crer que o homem deve agir deste ou daquele modo. A natureza humana acostuma-se com a conjunção constante entre os objetos, e passa a repetir as relações que estabeleceu outras vezes entre as coisas percebidas, fabricando, por sua vez, novas relações, quase que idênticas às anteriores. Ayer afirma que: “a observação da conjunção freqüente e constante das questões de fato de tipos recorrentes suscita um hábito mental, ou costume, de esperar que essa regularidade se repita” (Ayer,

2003, 91). De tanto verificar a aparição de um objeto, por meio de uma impressão, e de verificar, em seguida, uma sucessiva associação entre as ideias, a mente humana cria a expectativa sobre a ocorrência de novos eventos. A mente passa a confiar que objetos iguais geram obviamente objetos iguais, ou, ao menos, semelhantes e parecidos.

2.2 O hábito

A repetição da associação de ideias pode forçar a mente a inferir conclusões sobre o mundo dos fatos, podendo, inclusive, ensejar a crença na existência desses mesmos fatos. Para que a formulação de ideias complexas seja possível, tais como a ideia do bem em si, a mente humana deve ser despertada por um princípio da imaginação denominado “*hábito ou costume*” (EHU 5.5). Esse princípio da imaginação é uma disposição da natureza humana a sentir a repetição dos fenômenos, e a reproduzir a repetição no âmbito de suas operações mentais.¹ Diz Hume:

Esse princípio é o *hábito* ou *costume*. Pois sempre que a repetição de algum ato ou operação particulares produz uma propensão a realizar novamente esse mesmo ato ou operação, sem que se esteja sendo impelido por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos invariavelmente que essa propensão é o efeito do *hábito*. (EHU 5.5).

O hábito é uma propensão natural da mente de esperar a repetição de eventos que ainda não ocorreram no mundo dos fatos. Com o auxílio do hábito ou costume, a natureza humana ultrapassa os dados observados, extraindo conclusões que vão além daquilo que o ser humano pode ver ou tocar. O hábito ou o costume é uma propensão ou disposição da natureza humana a fomentar expectativas e esperar

resultados futuros a partir de casos presentes. O hábito induz a mente a projetar suas imagens na experiência, sendo, segundo Deleuze, a “síntese de um passado e de um presente constitutiva do porvir” (Deleuze, 2001, 105). Prossegue Deleuze: “a síntese consiste em colocar o passado como regra do *porvir*” (Deleuze, 2001, 105). Na opinião de Hume, o hábito é “o grande guia da vida”:

O hábito é, assim, o grande guia da vida humana. É só esse princípio que torna nossa experiência útil para nós, e faz-nos esperar, no futuro, uma cadeia de acontecimentos semelhantes às que ocorreram no passado. Sem a influência do hábito, seríamos inteiramente ignorantes de toda questão de fato que extrapole o que está imediatamente presente à memória e aos sentidos. (EHU 5.6).

O costume reforça a crença nas ideias geradas pela associação com base nos princípios reguladores da natureza humana. O hábito é um desdobramento dos princípios que regulam a associação de ideias, tendo em vista que esses princípios reforçam no interior da mente humana a existência de determinadas ideias complexas, tais como a ideia de identidade.

Com isso, o costume produz na mente uma propensão a sentir a repetição dos fenômenos e a reproduzi-la no âmbito da imaginação, gerando não só novas ideias, mas, principalmente, crenças e convicções. Se repararmos com atenção, o hábito não é observado pela natureza humana, como se fosse um objeto passível de percepção. A única coisa que a experiência nos mostra é que o hábito, embora inobservável, se manifesta através de “uma repetição *observável*” (Monteiro, 1984, 46) e, por isso mesmo, podemos denominá-lo “uma disposição” (Monteiro, 1984, 46), “uma *disposição* instintual” (Monteiro, 2003, 55). Em estu-

dos mais recentes, Monteiro continua a abordar essa *disposição* a sentir a repetição,² mostrando que o hábito consiste “numa autêntica *propensão* para fazer alguma coisa que já foi repetidamente feita.” (Monteiro, 2003, 44). Com base na semelhança, na contiguidade e na causalidade, a natureza humana, à medida que vai se familiarizando com tantas ideias que lhe são apresentadas, vai também repetindo o procedimento aplicado às operações de sua própria mente, associando e relacionando novas ideias de um modo muito semelhante e repetitivo.

O hábito é um princípio independente da razão, pois é um filho bastardo da experiência, que nasce no seio da faculdade da imaginação. Com isso, Hume nos mostra que as crenças produzidas pelos seres humanos, mais precisamente as crenças morais, por mais sensatas e corretas que pareçam ser, não possuem uma justificativa racional, como alerta Russell: “nossa crença é uma fé cega à qual não se pode atribuir qualquer fundamento racional” (Russell, 2008, 44). Os argumentos céticos de Hume afastam a razão porque ela não é forte o suficiente para determinar a mente dos homens. Tais argumentos negativos “demonstram que a razão, como é costumeiramente entendida, não desempenha um papel na vida humana.” (Stroud, 2005, 14). A razão é inapta para construir inferências causais indutivas porque, segundo Hume, a capacidade racional do homem permanece insensível à repetição dos fenômenos. “Hume mostrou que a origem dessa capacidade não poderia nunca estar na razão, pois esta faculdade humana é sempre indiferente à repetição.” (Monteiro, 2003, 154).³ O hábito, continua Monteiro, constitui “um princípio da natureza humana completamente diferente da razão demonstrativa que vemos operar na geometria e nas outras ciências matemáticas.” (Monteiro, 2003, 154). O hábito exige uma explicação similar às conclusões

extraídas nas ciências físicas e naturais, visto ser uma percepção, uma capacidade não racional da mente de sentir a repetição.

Como um princípio da imaginação, o hábito não está tão distante das relações de semelhança, contiguidade e causa e efeito. Pelo contrário, o hábito, talvez, seja derivado da mesma origem que os princípios da associação: “É verdade que existe um princípio de união entre idéias que, à primeira vista, pode ser considerado diferente desses; mas veremos que, no fundo, depende da mesma origem.” (T 1.3.6.14). Com o costume, a mente humana, ao percorrer o caminho que vai de uma impressão a ideias que se tornam cada vez mais complexas e abstratas, sente-se estimulada a repetir o procedimento, percorrendo novamente o mesmo caminho outras tantas vezes, renovando, assim, o procedimento associativo.

3 A natureza da crença

O influxo do hábito provoca a repetição nas operações da mente, que passa a realizar instintivamente a transição entre as ideias, associando, de maneira natural e involuntária, umas às outras. A mente chega ao ponto de repetir a associação de ideias espontaneamente, e aí já não está mais apenas a relacionar ideias, mas sim a emitir crenças na existência dessas ideias. Quando a mente já não pode mais resistir à transição de ideias, sendo-lhe praticamente inevitável trilhar o percurso que vai da impressão à ideia, é porque está a formular crenças e opiniões com base nas ideias associadas, com base na repetição do modo pelo qual as ideias são associadas. Nesse sentido, a crença é um produto do hábito, pois consiste na expectativa gerada pela natureza humana, quando ela, ao sofrer a repetição dos objetos, antecipa fenômenos

naturais. Quanto mais a realidade é experimentada pela natureza humana, com o crescente acúmulo de observações sobre os fenômenos, maior é a expectativa e a confiança gerada, maior é a sensação de que um determinado fenômeno irá seguramente ocorrer outra vez.

toda crença relativa a fatos ou à existência efetiva de coisas deriva exclusivamente de algum objeto presente à memória ou aos sentidos e de uma conjunção habitual entre esse objeto e algum outro. Ou, em outras palavras, tendo descoberto, em muitos casos, que dois tipos quaisquer de objetos – chama e calor, neve e frio – estiveram sempre associados um ao outro, se a chama ou a neve se apresentarem novamente aos sentidos, a mente é levada pelo hábito a esperar o calor ou frio, e a *acreditar* que tal qualidade está presente e irá revelar-se se examinada de perto. Essa crença é o resultado necessário da colocação da mente em tais circunstâncias. Trata-se de uma operação da alma que, quando estamos nessa situação, é tão inevitável quanto sentir a paixão do amor ao recebermos benefícios, ou a do ódio quando deparamos com injúrias. Todas essas operações são uma espécie de instintos naturais que nenhum raciocínio ou processo do pensamento ou entendimento é capaz de produzir ou de evitar. (EHU 5.8).

No processo de associação de ideias a mente acostuma-se a relacionar objetos, vindo a associar, por exemplo, a chama de uma vela à ideia de calor, à ideia de que a mesma queima e pode machucar a sua mão. Mais do que formular ideias, a natureza humana produz a crença no calor ou a crença na ideia de queimadura e infere a partir daí que, caso sua mão seja posta sob a chama de uma vela, terá, por consequência, aquela parte do seu corpo, inevitavelmente, queimada. De tanto verificar que a chama produz calor, a mente humana passa a inferir que a mesma queima. De tan-

to presenciar a chama de uma vela queimar, a mente passa, então, a inferir que não pode tocar a mão, nem qualquer outra parte de seu corpo, no fogo, do contrário se queimará.

Ao observar a correspondência da chama com o calor ou da neve com o frio, a mente não só associa ideias, como também enuncia opiniões acerca do mundo, acreditando na existência das ideias associadas. Com esses exemplos, pode-se verificar que, a partir da associação de ideias, a mente vai formulando crenças, repetindo em suas operações o influxo do hábito. Exemplos sobre a inferência causal mostram que a esperança da mente em relação à repetição dos objetos associados reside justamente no hábito. O caráter habitual que envolve a natureza humana, quando objetos passam a se repetir na mente, a induz a esperar que a repetição prossiga e os objetos já verificados sejam verificados novamente.

3.1 Uma descrição da estrutura das crenças

Embora a definição do termo crença não seja uma tarefa fácil, como admite o próprio Hume, não podemos nos furtar a definir a sua natureza.⁴ Mas isto só será possível em contraste com a definição de ideia. Sabemos que a ideia é uma classe de percepção, copiada de uma impressão. Constitui uma imagem fosca de impressões sensíveis. A crença, por sua vez, está colocada num patamar acima das ideias na escala do conhecimento e consiste, basicamente, numa maneira diferente e peculiar de sentir a associação de ideias. “A crença é, porém, algo mais que uma simples idéia. É uma maneira particular de formar uma idéia.” (T 1.3.7.6). Nesse sentido, não podemos confundir a natureza da crença com a das ideias. Mas como identificar com precisão o que diferencia uma da outra?

É extremamente difícil encontrar a diferença entre crença e ideia, e Hume parece, em muitas ocasiões, econo-

mizar palavras numa definição precisa que diferencie uma da outra. Isso se deve à própria dificuldade em se definir algo que só pode ser sentido pelo homem. Com isso, já temos uma primeira definição para a crença: ela é sentida pela natureza humana, ela é uma sensação. Mas a crença não é uma sensação qualquer, e sim uma sensação mais brilhante e vivaz do que qualquer ideia. A crença “É uma maneira particular de formar uma idéia.” (T 1. 3.7.6). Aqui temos uma definição de crença recorrente nos textos de Hume (usada frequentemente por ele, no anseio de ressaltar até mesmo a dificuldade quanto à definição de um termo que só pode ser sentido): a crença é uma maneira de sentir a realidade. É a maneira pela qual o homem relaciona ideias a impressões presentes, vindo a acreditar na realidade. Uma maneira de perceber, que varia conforme graus de vivacidade. Afirma Hume:

Sendo assim, como a crença não faz senão variar a maneira como concebemos um objeto, ela só pode conceder a nossas ideias uma força e vividez adicionais. Portanto, uma opinião ou crença pode ser definida mais precisamente como UMA IDÉIA VÍVIDA RELACIONADA OU ASSOCIADA COM UMA IMPRESSÃO PRESENTE. (T 1.3.7.5).

Hume sabe das dificuldades que circundam o termo crença. Mas, nem por isso deixa de propor um significado a esse termo. Hume prefere apelar para uma definição que condiga com uma sensação referente ao mundo, ao modo pelo qual o homem percebe os objetos. Mais do que “tentar definir esse sentimento” (EHU 5.12), Hume prefere estabelecer uma descrição detalhada do mecanismo mental quando a natureza humana processa ideias e elabora crenças. Hume visa “ensaiar uma descrição desse sentimento”

(EHU 5.12), uma descrição da maneira pela qual o homem sente o mundo. A crença é um sentimento elaborado pelo ser humano, uma expectativa e um anseio de repetição. “A denominação verdadeira e apropriada desse sentimento é *crença*, e jamais alguém se sentiria perplexo diante do significado desse termo, porque cada pessoa está, a cada momento, consciente do sentimento que ele representa.” (EHU 5.12). Todo o ser humano associa ideia e elabora crenças factuais – basta relatar como funciona a engrenagem mental quando o homem deposita a sua confiança na ocorrência de algum evento.

Na *Investigação sobre o entendimento humano*, Hume afirma que a crença é um sentimento, uma disposição a sentir a repetição dos objetos que aparecem no campo perceptivo do homem.⁵ A crença pode ser definida sob vários aspectos, mas, no fundo, ela é concebida como “aquele ato mental que torna as realidades – ou o que se considera como tais – mais presentes para nós do que as ficções, que lhe dão um peso maior junto ao pensamento e uma influência superior sobre as paixões e a imaginação.” (EHU 5.12). Hume, então, descreve a crença como uma sensação da natureza humana ao mesmo tempo em que anuncia as dificuldades no âmbito de sua conceituação. Diz ele:

Mas, como é impossível que essa faculdade da imaginação possa, por si só, alcançar a crença, torna-se evidente que a crença não consiste na natureza particular ou ordem específica de nossas idéias, mas na *maneira* como são concebidas e no *sentimento* que trazem à mente. Confesso que é impossível explicar perfeitamente esse sentimento ou maneira de concepção; podemos fazer uso de palavras que expressam algo que disso se aproxima, mas sua denominação própria e verdadeira, como observamos antes, é *crença*; um termo que todos entendem suficientemente na vida cotidiana. E, em filosofia,

Ensaaios sobre a filosofia de Hume

não podemos ir mais além da asserção de que a *crença* é algo sentido pela mente, que distingue entre as idéias providas do julgamento e as ficções da imaginação. (EHU 5.12).

No *Tratado*, Hume já havia dito que a *crença* é um termo que dificilmente pode ser definido por conceitos. As ideias se traduzem num plano conceitual, mas as *crenças* extrapolam essa esfera, e só podem ser sentidas ou percebidas pela natureza humana. Quando Hume admite as dificuldades de se definir a *crença*, é porque não quer aprisionar um sentimento ao campo teórico. Diz Hume:

Por uma indução que me parece bastante evidente, concluo que uma opinião ou *crença* não é senão uma idéia que difere de uma ficção, não na natureza ou na ordem de suas partes, mas sim na *maneira* como é concebida. Mas quando pretendo explicar o que é essa *maneira*, não consigo encontrar nenhuma palavra plenamente satisfatória, sendo por isso obrigado a apelar para aquilo que cada um sente, a fim de lhe dar uma noção perfeita dessa operação da mente. (T 1.3.7.7).

Estabelecer as fronteiras que separem as *crenças* das ideias não significa recusar a presença de ideias na constituição das *crenças*. Na realidade, a diferença entre *crença* e ideia se reduz à outra diferença, a saber, a diferença entre ideia e ficção. A *crença* provém de uma ideia, uma ideia vívida associada a uma impressão que está sendo apresentada à mente. Quando as ideias não são vívidas (pelo menos não são vívidas para justificar *crenças*), e não passam de pálidas e obscuras ideias, é porque estamos diante de uma ficção da imaginação.

3.2 A distinção entre ideias e ficções da imaginação

A estruturação das crenças na natureza humana se resume a uma associação entre uma impressão presente, e, principalmente, uma ideia vívida. Dentre as ideias, não pode qualquer uma se habilitar a fundar crenças, mas somente aquelas que são vivazes e vigorosas podem justificar o processo de formação das crenças factuais. Do contrário, não passariam de ideias pálidas, de ficções da imaginação. Hume afirma que “a *crença* é algo sentido pela mente, que distingue entre as idéias providas do julgamento e as ficções da imaginação.” (EHU 5.12). Nesse sentido, as crenças são uma maneira de concepção, bem como um sentimento apto a distinguir entre ideias e ficções da imaginação. As ideias vívidas servem para a constituição das crenças. As ideias pálidas e obscuras não possuem a força e o vigor suficiente para constituir crenças, e são reduzidas às ficções da imaginação.

As ficções são ideias operadas pela imaginação que não conseguem despertar a adesão e a confiança dos seres humanos. São ideias fictícias, que não servem para angariar o assentimento de ninguém. As ficções não passam de ideias que foram erroneamente sobrepostas e entrelaçadas umas às outras. Elas podem ser imaginadas, tal como é possível imaginar monstros e personalidades inexistentes, como a mula-sem-cabeça e o saci pererê. Porém, dificilmente tais ideias angariarão a boa fé do homem comum, e não passarão de ideias, nada mais do que imagens pálidas e obscuras. Ao contrário das ideias vívidas, as ficções não passam de ideias sobrepostas de forma equivocada, ideias que justificam crenças factuais de um modo pálido. “Segue-se, portanto, que a diferença entre *ficção* e *crença* localiza-se em alguma sensação ou sentimento que se anexa à segunda, mas não à primeira, e que não depende da vontade nem pode ser con-

vocada quando se queira.” (EHU 5.11). As crenças ganham assentimento e adesão da natureza humana, ao contrário das ideias fictícias, que até geram crenças (crenças ficcionais), mas são inaptas para gerar crenças reais.

Pode-se pensar e imaginar uma ideia fictícia, como também se pode acreditar em tais ficções. Nesse sentido, as crenças podem ser “ficcionalis” ou “reais”, dependendo do grau de vivacidade das ideias que lhes dão fundamentação. Para movimentar as crenças factuais, a mente precisa conceber as ideias de um modo diferente, de um modo muito mais vivaz. Aliás, a crença é uma maneira de concepção, como diz Hume, uma maneira diferente de se conceber ideias. Mas onde reside essa diferença entre uma crença real e uma ficção? Essa maneira de concepção (tomada como crença real) difere da ficção porque é mais vívida e imediata. A diferença está na vivacidade das ideias que fundamentam as crenças naturais.

Uma idéia que recebe o assentimento é *sentida* de maneira diferente (*feels different*) de uma idéia fictícia, apresentada apenas pela fantasia. É essa maneira diferente de sentir (*this different feeling*) que tento explicar, denominando-a uma *força, vividez, solidez, firmeza* ou *estabilidade* superior. (T 1.3.7.7).

Hume prossegue alegando que a crença é uma sensação, ou um sentimento, que pode distinguir as ideias das ficções da imaginação.

Confesso que é impossível explicar perfeitamente essa sensação (*feeling*) ou maneira de se conceber. Mas seu nome verdadeiro e apropriado é *crença*, termo que todos compreendem suficientemente na vida comum. E, na filosofia, não podemos ir além da afirmação de que a crença é algo *sentido* pela mente, que permite distinguir as idéias do juízo das ficções

da imaginação. A crença dá a essas idéias mais força e influência; faz que pareçam mais importantes, fixa-as na mente; e as torna os princípios reguladores de todas as nossas ações. (T 1.3.7.7).

Em não raras ocasiões, a mente toma uma ficção como uma ideia vívida, vindo, inclusive, a gerar crenças e convicções sobre as imagens que lhe são apresentadas. Mesmo sendo um engano, a natureza humana deposita sua fé nas ficções da imaginação, como no caso da ideia de identidade. A crença em uma ficção, em algo que não é percebido, ressalta justamente o valor da vivacidade com que os componentes da experiência são percebidos pela natureza humana. Algumas percepções são mais fortes do que outras, e, por isso, influenciam o processo de formação das crenças.

3.3 Graus de vivacidade

As impressões e as ideias que são associadas pela mente não possuem o mesmo grau de força e vivacidade que as crenças geradas através do próprio movimento de ideias na natureza humana. As crenças constituem uma maneira peculiar de conceber as ideias. Uma maneira de sentir o mundo, uma maneira diferente de sentir, mais viva e intensa do que as duas classes de percepções. As crenças conferem vivacidade às ideias. E o recurso à vivacidade demonstra, segundo Hume, que a investigação transita no âmbito das percepções, tendo em vista que as sensações da natureza humana variam em conformidade com graus de força e intensidade.

Sara Albiéri distingue crença e aceitação a fim de mostrar que em Hume a crença não possui uma justificação racional, e, por isso, não diz respeito a aceitar ou não as crenças. Fundada na experiência, a crença não é mais do que sentimento. Diz Albiéri:

As pessoas podem, por exemplo, alegar crenças embora não creiam de fato: podem mentir acerca da própria crença, ou podem iludir-se acerca daquilo em que de fato crêem. Além disso, nem todas as crenças têm a mesma força: algumas crenças podem apresentar-se enquanto convicções profundas, enquanto outras podem distribuir-se por vários graus de certeza relativa. E mesmo a mais profunda convicção pode ser falsa. [...] Isso apontaria para o fato de a crença ser identificada antes com um *sentimento* do que com uma *evidência intelectual clara*; ou melhor, um sentimento que pode acompanhar a evidência intelectual, que sempre acompanha a certeza racional, mas que pode ocorrer de modo obscuro e por vezes contra o intelecto – *sei* que pode ser assim, mas não *sinto* assim. (Albieri, 2005, 83).

O apelo ao aspecto vivaz e direto das crenças separa não somente as crenças da aceitação das ideias, mas possibilita a Hume, como diz Albieri, “distinguir crenças de simples ficções da imaginação pela *intensidade* com que se impõem à mente” (Albieri, 2005, 85). As crenças não envolvem uma escolha racional por parte do sujeito, que pode optar entre aceitar ou desprezar as crenças. Pelo contrário, para Hume, o sujeito é movido pelo sentimento e não tem como controlar a situação: “porque o sentimento que é acrescentado à idéia da imaginação para formar a crença não é voluntário. Antes, são princípios de nossa natureza que agem sobre a experiência para formar crenças, de um modo involuntário e irresistível.” (Albieri, 2005, 86). A vividez pela qual algumas crenças são elaboradas na mente não dão liberdade ao homem, que tende a acatar incondicionalmente aos ditames naturais. As crenças, afinal, são irrecusáveis.

3.4 A impressão presente

O parâmetro da vivacidade vincula as crenças a uma impressão sensível, visto que o fornecimento de vigor e força não só

às ideias, mas, principalmente, às crenças, se deve a uma impressão. A natureza da crença “consiste em uma idéia vívida relacionada com uma impressão presente” (T 1.3.8.1), sendo que a impressão fornece a vividez necessária à formação das crenças. Estamos falando não só das impressões das quais as ideias são derivadas, como também de uma impressão presente, que está diante da natureza humana naquele determinado instante.

Uma crença só pode ser formulada quando uma impressão está presente na natureza humana. Do contrário, não teremos a vivacidade necessária para justificar o surgimento das crenças. Diz Hume:

Gostaria de estabelecer como uma máxima geral da ciência da natureza humana que, *quando uma impressão se torna presente a nós, ela não apenas conduz a mente às idéias com que está relacionada, mas também comunica-lhes parte de sua força e vividez*. Todas as operações da mente dependem em grande medida da disposição em que esta se encontra ao realizá-las; e, conforme os espíritos animais estejam mais ou menos estimulados, e a atenção mais ou menos concentrada, a ação terá sempre mais ou menos vigor e vividez. Assim, quando se apresenta um objeto que esperta e aviva o pensamento, toda ação a que a mente se aplica será mais forte e vívida, enquanto durar tal disposição. [...] Ocorre assim que, quando a mente é estimulada por uma impressão presente, ela passa a formar uma idéia mais viva dos objetos relacionados, em virtude de uma transição natural da disposição de um a outro. A mudança de objetos é tão fácil que a mente quase não se dá conta dela, aplicando-se em conceber as idéias relacionadas com toda a força e vividez que adquiriu da impressão presente. (T 1.3.8.2).

A vivacidade provém, obviamente, de uma impressão presente na natureza humana, mas não se pode esquecer

que o caráter vivaz e intenso das impressões originárias perpassa a cadeia associativa de ideias. A transição de uma ideia à outra é regulada pelos três princípios da associação, que preservam o aspecto da vivacidade até o surgimento das crenças sobre os fatos. Embora Hume advirta que, dentre os três princípios da associação, a causalidade seja o mais importante, ele não despreza a influência da semelhança e da contiguidade. Em alguns momentos, Hume enfatiza a relação de causa e efeito, alegando que somente este princípio pode fundar crenças. As outras duas relações, a semelhança e a contiguidade, só poderiam auxiliar na associação de ideias, mas não teriam a força necessária para a fundação do conhecimento. No entanto, para a formação das crenças factuais, é preciso mais do que somente a causalidade. O princípio de causalidade inclui a semelhança e a contiguidade. É preciso uma conjugação entre os princípios da associação, do contrário, as crenças estariam fadadas à destruição.

Para comprovar que não somente a causalidade incide na formação das crenças, mas também as relações de semelhança e contiguidade, Hume aponta dois exemplos que explicitam a importância desses dois princípios associativos, ao lado, certamente, da causalidade. Primeiramente, Hume analisa a incidência da semelhança no processo de associação de ideias, bem como a maneira pela qual a natureza humana, quando tocada por uma impressão presente, gera crenças e opiniões vivazes. Para tanto, cita o caso de alguém que é surpreendido por uma impressão imediata: “o retrato de um amigo ausente” (T 1.3.8.3; EHU 5.15). O retrato é uma impressão que aparece à mente deste ser humano, provocando um vívido processo associativo entre as ideias (algumas delas descobertas da memória). Por causa da semelhança entre o homem do retrato e o seu antigo amigo, a

natureza humana é levada a formular uma crença, associando uma ideia presente a uma vívida ideia. Afirma Hume sobre o primeiro exemplo:

O primeiro experimento a que recorreremos para obter tal prova é o seguinte: podemos observar que, ao nos ser apresentado o retrato de um amigo ausente, a idéia que temos dele se aviva de forma evidente pela *semelhança*, e que todas as paixões que essa idéia ocasiona, quer de alegria, quer de tristeza, adquirem nova força e vigor. Concorrem para a produção desse efeito uma relação e uma impressão presente. (T 1.3.8.3).

Em outro exemplo, Hume arrola o problema da distância, corroborando a conclusão de que a contiguidade também exerce uma função importante para a geração das crenças naturais. Imaginemos um homem que se encontra muito distante de sua própria casa. Ele até pode formular ideias que tenha como referência a sua própria residência, mas tais ideias não possuem a vivacidade necessária para gerar crenças (crenças que alguém produz diante dos fatos, crenças sobre a existência dos objetos). Só uma impressão presente pode comunicar vivacidade às ideias e às crenças. Nesse sentido, a crença na existência dos objetos que circundam a casa de alguém só é avivada quando esta pessoa está diante de sua residência. Somente a partir de uma impressão presente é que a mente pode ter a vivacidade comunicada às suas ideias e crenças. Do contrário, serão apenas ideias, sem a contiguidade apta a amarrar ideias e formular crenças.

Pensar em um objeto rapidamente conduz a mente ao que lhe é contíguo, mas apenas a presença real de um objeto o faz com uma vividez superior. Quando estou a algumas milhas de casa, tudo que se relaciona com ela me toca mais de perto do que

quando estou a duzentas léguas. Mesmo a essa distância, porém, o ato de refletir sobre alguma coisa próxima de meus amigos e família produz naturalmente uma idéia deles. Mas neste último caso, ambos os objetos da mente são idéias; e, por isso, apesar de haver uma transição fácil entre elas, essa transição sozinha não é capaz de conferir a nenhuma das duas uma vividez superior, por falta de uma impressão imediata. (T 1.3.8.5).

Com base nesses exemplos, verifica-se que as crenças só podem surgir na natureza humana quando as ideias forem construídas à base das três relações de semelhança, contiguidade e causalidade, e não prioritariamente por uma em vez das demais. Os exemplos arrolados por Hume são esclarecedores, e mostram que a vivacidade é comunicada para a crença por meio do entrosamento entre os três princípios, inclusive pelos princípios da semelhança e da contiguidade. “A influência do retrato supõe que *acreditemos* que nosso amigo tenha alguma vez existido. A contigüidade ao lar não poderia excitar as idéias que temos dele a menos que *acreditemos* realmente exista.” (EHU 5.20). Portanto, as relações de semelhança e contiguidade também exercem um papel relevante para a formação das crenças, tendo em vista, obviamente, a vivacidade com que aparecem à mente. Quanto mais vivazes forem estas relações, maior será a probabilidade da crença ou da expectativa formulada pela mente ser confirmada na realidade.

As crenças carecem do avivamento oriundo das ideias, que, por sua vez, carecem das impressões. Mais do que impressões, estamos falando de impressões que estão presentes, que aparecem à mente humana. Tais impressões promovem um processo associativo entre as ideias, tendo como base todos os seus princípios de conexão. Assim, a vivacidade presente numa impressão é transmitida às ideias,

contagiando não só as ideias, mas também as crenças. “Em todos os casos, é a transição a partir de um objeto presente que dá força e solidez à idéia que lhe está relacionada.” (EHU 5.20). A vivacidade é contagiosa e perpassa uma longa série associativa, tendo como referência uma impressão presente, pois a crença só ganha força quando um objeto aparece à mente humana. As impressões atuam sobre o entendimento humano dando azo à vivacidade derivada das percepções sensíveis. As impressões invocam a associação, produzindo cópias e imagens na mente, que geram crenças e convicções sobre o mundo natural. Não há crença que deixa de ser uma consequência de impressões primárias e originárias.

A crença é responsável apenas por unir ideias vividas a impressões presentes, sendo que o que assegura de fato essa relação é justamente o aspecto da vivacidade, que só pode ser extraído de uma impressão presente. “É certo que devemos ter uma idéia de toda questão de fato em que acreditamos. É certo que essa idéia surge somente de uma relação com uma impressão presente. É certo que a crença não acrescenta nada à idéia, mas apenas transforma nossa maneira de a conceber, tornando-a mais forte e vívida.” (T 1.3.8.7). A crença é uma maneira de sentir a união das ideias às impressões presentes, uma maneira de conceber que adota como critério as percepções mais intensas e vivazes.

A crença é uma sensação vivaz da natureza humana, uma sensação a qual ninguém pode se recusar a sentir. A crença é uma relação espontânea e natural da mente que associa ideias e impressões, mais precisamente ideias vívidas e impressões presentes. O que garante a vivacidade não só da ideia que irá constituir crenças, como também das próprias crenças, é o caráter vivaz oriundo da impressão presente. “A impressão presente é que deve ser considerada a causa verdadeira e real da idéia, bem como da crença que a

acompanha.” (T 1.3.8.8). A impressão que aparece à natureza humana é mais vívida e intensa do que qualquer percepção, exceto do que outra impressão. Quando de sua aparição, a impressão presente engendra um contínuo movimento entre as ideias, surgindo daí as crenças. A crença, por sua vez, relaciona impressões a ideias, tendo como parâmetro a vivacidade. De uma impressão presente, que é a percepção vívida e forte por excelência, são despertadas novas ideias, ideias vívidas, que irão fundar crenças. Com efeito, a causa de toda a engrenagem associativa é uma impressão presente, pois ela provoca a inferência até as ideias complexas e chega ao ponto de incentivar a mente a gerar crenças acerca das questões de fato.

3 Considerações finais

A origem das crenças morais, segundo a metodologia empirista de Hume, remete à impressão sensível à qual retorna todo processo associativo de ideias. A associação entre ideias é impulsionada por impressões sensíveis que, a partir do influxo exercido pelo hábito na imaginação, também ocasiona a geração de crenças. Na impressão sensível, encontra-se a vivacidade que irá estimular não apenas o processo associativo de ideias, mas, principalmente, a formação das crenças na natureza humana. A crença é, então, algo sentido pela natureza humana, algo muito mais vívido e intenso do que uma ideia ou do que as ficções da imaginação. A crença é um sentimento, muitas vezes um sentimento moral; é uma sensação agradável ou desagradável que, no final das contas, produz valores morais de bem e mal, certo e errado, justo e injusto. As crenças morais são não mais do que sentimentos morais que retomam sempre a vivacidade de uma impressão sensível.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Sara. Crença e aceitação: a teoria humeana da crença como conhecimento confiável. In: GUIMARÃES, Livia (org.). *Ensaio sobre Hume*. Belo Horizonte: Segrac, 2005.
- AYER, Alfred Jules. *Hume*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003.
- BIRO, John. Hume's new science of the mind. In: NORTON, David Fate (editor). *The Cambridge Companion to Hume*. Cambridge: Cambridge University, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.
- HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. L. A. Selby-Bigge and P. H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. D. F. Norton e M. J. Norton (orgs.). Oxford: Oxford Philosophical Press, 2000.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Editora da Unesp, 2001. [T]
- HUME, David. *Uma investigação sobre o entendimento humano*. In: HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora da Unesp, 2004. [EHU].
- HUME, David. *An enquiry concerning human understanding*. In: HUME, David. *Enquires concerning human understanding and concerning the principles of morals*. L. A. Selby-Bigge and P. H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- MONTEIRO, João Paulo. *Hume e a epistemologia*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MONTEIRO, João Paulo. *Novos estudos humeanos*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

RUSSELL, Bertrand. *Ensaio cético*. Tradução de Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SMITH, Plínio J. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.

STROUD, Barry. *Hume*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 2005.

Notas

- 1 Na *Investigação sobre o entendimento humano*, Seção 5, Hume fornece uma análise clara da influência do hábito no processo de formação das crenças.
- 2 Sobre a repetição dos fenômenos, bem como sobre a propensão da natureza humana a sensibilizar-se com a repetição fenomênica, Monteiro traz à tona um tema interessante, a saber, a influência do tempo perante a mente humana. Esse autor propõe uma definição própria do hábito, não tão arraigada à repetição, mas à passagem temporal: “o conceito de uma disposição para adquirir capacidades ou tendências pela ação do *tempo* em nossos corpos, em nossas mentes, ou em ambos.” (Monteiro, 2003, 47). Para ele, a noção de repetição proposta por Hume pode ser dispensada, mas a noção de transição temporal é essencial para analisarmos a disposição instintiva dos homens denominada hábito. “Em nosso conceito mais comum da influência do hábito, a repetição é dispensável, ao passo que o tempo é o elemento realmente indispensável para que seja possível falar da ação do hábito.” (Monteiro, 2003, 47).
- 3 Não se pode confundir a razão clássica, a qual Hume definitivamente rejeita, com a noção de racionalidade. Monteiro vê no hábito e no costume a mola propulsora para uma interpretação racionalista. “O princípio de Hume é um princípio especial, e é a chave para qualquer compreensão de sua epistemologia como uma filosofia da *racionalidade*.” (Monteiro, 2003, 61). E prossegue, ao ressaltar a racionalidade das crenças causais: “A proporção entre crença e evidência só faz sentido no interior de um quadro geral onde a costume ou hábito, entre outras coisas, é *também* um princípio de racionalidade, nos casos em que influencia nossa imaginação acerca de experiências de *conjunções*

de objetos ou eventos.” (Monteiro, 2003, 112). É bem verdade que uma interpretação racional evita os encargos da alegação de irracionalismo na teoria humeana, proporcionando a leitura de um Hume não-cético. Com efeito, entendemos que se pode fugir do ceticismo sem fazer uso da racionalidade, valendo-se meramente do naturalismo.

- 4 Hume aborda a natureza da crença em T 1.3.7 e em EHU 5.
- 5 Pode-se dizer que a concepção de crença apresentada por Hume no *Tratado* é uma concepção relacionada à vivacidade da maneira pela qual o homem concebe a realidade. Na *Investigação*, por sua vez, a abordagem da crença perpassa o sentimento e a sensação. Segundo Plínio Smith: “A *Investigação*, por outro lado, não dá essa ênfase à vivacidade enquanto elemento da natureza da crença, preferindo apontar um sentimento ou sensação que diferencia a crença da ficção” (Smith, 1995, 87). Embora a ênfase dada na *Investigação* seja em relação ao sentimento, já no *Tratado* Hume percebe que a natureza humana é uma disposição apta a se sensibilizar, capaz de sentir o que é mais vívido.